

*Patrícia Luízar
Espinoza*

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do corpo editorial do Cosmopolítico.

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

RESENHA

Maria Ligia Prado é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular de História da América Independente, tendo produzido diversas obras dentro dessa área e sendo uma importante especialista em História da América Latina. Gabriela Pellegrino, por sua vez, também é professora de História da América Independente na mesma universidade, possuindo domínio de História política e cultural da América Latina dos séculos XIX e XX. Juntas elas escreveram o livro “História da América Latina”, publicado em 2014 pela Editora Contexto, que pertence à coleção de livros História na Universidade, cada qual com foco em uma região, contexto e época importantes para a História Mundial e do Brasil.

Prado e Pellegrino (2020) introduzem a obra investigando a origem do termo América Latina. Segundo elas, sua criação remonta ao século XIX e seu sentido tem sido atribuído, sobretudo, a duas teorias. De um lado, acredita-se que isso possa ter relação com as disputas entre franceses e ingleses, que buscavam impor suas ambições na região, resultando no uso dessa denominação pela França a fim de criar uma identidade latina na região. Do outro, há quem defenda que os próprios latino-americanos cunharam essa expressão como forma



de reivindicar por uma unidade na região frente ao poderio norte-americano.

Após esse debate, a obra se inicia no contexto do século XVI, visando apresentar ao leitor o momento de crise dos domínios coloniais na América. Durante esse período, o Vice-reino do Peru havia sido estruturado na capital Lima pelo conquistador Francisco Pizarro, em 1535, e sua população indígena havia sido reunida em *pueblos*, que possuíam o dever de pagar à Coroa espanhola um tributo em forma de trabalho gratuito, conhecido como *mita*. Contudo, em 1545, com a descoberta das jazidas de prata em Potosí, na região da atual Bolívia, intensificou-se o sistema de arrecadação tributária, o que abalou as comunidades indígenas e gerou uma rebelião liderada por Tupac Amaru contra as tropas reais.

Em decorrência disso, apesar de não ter tido êxito, esse episódio teve grande impacto na sociedade colonial, ao revelar às elites peruanas o poder de insurreição dos povos indígenas, que demonstraram sua força anos mais tarde na luta pela independência do Peru. Além disso, no final do século XVIII, a América espanhola possuía quatro Vice-Reinos, os quais são retratados em um mapa pelas autoras, o que facilita sua localização territorial. O Vice-Reino da Nova Espanha teve seu surgimento a partir do antigo Império Asteca em 1519, ao passo que o Vice-Reino de Nova Granada surgiu em 1737, e o Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776, onde se situava Buenos Aires, uma região estratégica em termos políticos e econômicos.

Para compreender as campanhas de independência dos Vice-Reinos, remonta-se à guerra da Espanha contra a França de Napoleão Bonaparte, que levou à nomeação de José Bonaparte ao trono espanhol, o que gerou uma grande resistência contra o novo rei, em defesa da soberania espanhola. Paralelamente, formaram-se Juntas de governo em favor do livre-comércio e que possuíam certa tendência de ruptura com a metrópole. Contudo, segundo as autoras, isso não explica em sua totalidade a sequência de movimentos emancipatórios que se observou na América. Na verdade, para tanto é preciso analisar as reformas do século XVIII, que levaram à modernização da Espanha e investimentos em sua economia. Tal processo dificultou a ascensão social e política dos *criollos* (descendentes de espanhóis “puros”, mas que nasceram nas Américas) e perpetuou a exploração e opressão sofrida pela maioria indígena. Isso provocou, a partir de 1808, uma insatisfação generalizada que levou à luta por mudanças no mundo colonial.

Com a derrota de Napoleão em 1814, o antigo rei espanhol, Fernando VII, retomou seu poder e reprimiu os movimentos rebeldes de maneira violenta, causando grande descontentamento nas colônias. Contudo, apenas com a derrota

absoluta das tropas no Alto Peru, localizado na atual Bolívia, que as colônias finalmente romperam com suas metrópoles. Nesse contexto, destacam-se a atuação de grandes nomes da independência na América do Sul, como Simón Bolívar e José de San Martín, em uma sucessão de eventos que devem ser compreendidos a partir de diversos “fatores tanto de ordem econômica, social, como cultural, religiosa, jurídica e política” (PRADO; PELLEGRINO, 2020, p. 41).

Após o rompimento político com a metrópole, a América Espanhola adotou como regime o sistema republicano, o que não impediu um clima de instabilidade em certas regiões que propunham formas de organização diferentes, como a centralizada ou a federalista, a manutenção de privilégios dentro do Exército e da Igreja, e a participação política das camadas populares (PRADO; PELLEGRINO, 2020). A Argentina, por exemplo, se dividia entre os unitários, defensores de um governo centralizado, e os federalistas, que desejavam autonomia para as províncias.

Ainda no século XIX, entre as décadas de 1850 e 1860 instaurou-se uma Reforma Liberal no México, cujo grande protagonista foi Benito Juárez, que lutou pelo fim da apropriação corporativa tradicional de terras e de bens imóveis da Igreja em benefício dos indígenas. Isso foi alcançado com a Lei Juárez, que cancelava os privilégios jurídicos eclesiásticos, e a Lei Lerdo, que permitiu integrar os índios ao mercado de terras como potenciais consumidores e, sobretudo, como cidadãos do país.

Em sequência, as autoras chamam atenção para a eclosão da Guerra do Paraguai, que durou de 1864 a 1870, travada entre a Tríplice Aliança, representada por Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai. Essa guerra ficou marcada como uma das mais violentas da América, provocando uma quantidade de prejuízos e mortos no Paraguai até hoje de difícil precisão. Até pouco tempo, a historiografia mais antiga atribuía a responsabilidade da guerra à grande ambição do presidente do Paraguai da época, Solano López, mas uma interpretação mais recente acredita que o imperialismo do Reino Unido teria sido o grande catalisador da guerra ao almejar acabar com a autonomia econômica do Paraguai. Ao final da guerra, o Estado nacional da Argentina se fortaleceu assim como o Exército brasileiro, o que contribuiu para o fim da escravidão e a consequente derrubada da Monarquia no Brasil com a proclamação da República.

Nos capítulos seguintes, as autoras abordam importantes temas como educação, cidadania e identidade na América Latina, evidenciando, por exemplo, a obra de escritores como a do uruguaio José Enrique Rodó, que passou a lançar um

olhar sobre a influência que os Estados Unidos exerciam sobre a região, por meio de sua força econômica e cultural. Outra atuação que recebeu o devido destaque foi a do governo argentino de Sarmiento por ter valorizado a educação, investindo pesadamente no ensino primário e na criação de uma rede de bibliotecas pelo país. Ainda, a figura de José Martí também foi destacada pelas autoras, uma vez que ele é considerado herói da independência cubana e conhecido por cunhar a expressão *Nuestra América* em oposição à América dos norte-americanos.

Já no século XX, a Revolução Mexicana de 1910 representou um grande marco para o continente latino-americano ao tratar de questões de terra, autoritarismo político, conflitos étnicos e temas culturais. Nesse sentido, a revolução contou com forte participação camponesa, atuou na queda do governo autoritário de Porfírio Díaz, recebeu a influência de figuras como Emiliano Zapata na luta por terras e de Pancho Villa em prol de uma reforma agrária, além de ideias modernizadoras do Estado por parte de Carranza e Obregón com caráter nacionalista e anticlerical. Ainda, ao fim da guerra, houve um grande investimento na educação e nas artes com o objetivo de promover a unidade do país.

Tais acontecimentos foram importantes para abrir espaço para mudanças tanto no país quanto no continente, as quais são observadas mais pra frente pelas autoras ao refletir sobre as políticas de massas e reformas sociais na América Latina. Antes disso, Prado e Pellegrino (2020) decidem explorar algumas inquietações na política e na cultura, como os primeiros movimentos operários e sindicais ocorridos na Argentina, o avanço das ideias socialistas e anarquistas no continente em nome do anti-imperialismo, a inauguração do Canal do Panamá em 1914, o movimento Sandinista da Nicarágua contra a intervenção norte-americana no país e o surgimento de partidos socialistas no Peru, sobretudo, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), em 1924. Enquanto no campo da cultura, o papel das mulheres latino-americanas passou a receber mais destaque a partir da década de 1920, como das brasileiras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, da mexicana Frida Kahlo e da argentina Victoria Ocampo.

Nas décadas seguintes, entre 1940 e 1950, muitos países da América Latina adotaram os chamados “regimes populistas”. A esse respeito, Prado e Pellegrino (2020) enfatizam quatro casos marcantes. Primeiro, a Colômbia de Gaitán, grande defensor de propostas sociais reformistas, que após ser assassinado, desencadeou uma rebelião violenta no país, onde a doutrina norte-americana do capitalismo começava a se fazer presente em oposição ao comunismo. Como resultado disso,

surgiram grupos guerrilheiros de esquerda como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Segundo, a Guatemala, de maioria indígena e agrária, sendo governada por muito tempo por uma elite autoritária que permitiu a entrada da empresa norte-americana *United Fruit Company* no país. A situação só veio a mudar com a eleição de Juan José Arévalo para presidência, que possuía um viés mais à esquerda e que foi responsável por implementar algumas reformas e leis trabalhistas, as quais foram continuadas durante o governo de Jacobo Arbenz. Contudo, as tensões com os EUA como reflexo da Guerra Fria, levaram a intervenção deste país na Guatemala, que derrubaram Arbenz do poder e colocaram o país de volta sob o governo dos militares.

Terceiro, após a Revolução Mexicana, Lázaro Cárdenas foi eleito presidente do país, defendendo a Constituição de 1917 de caráter anticlerical para insatisfação dos católicos. Além disso, promoveu uma ampla reforma agrária, adotou políticas favoráveis aos trabalhadores, desenvolveu diversas obras públicas e nacionalizou as estradas de ferro do país e as empresas estrangeiras de petróleo. Isso impediu, até 1994, o surgimento de grupos guerrilheiros, quando se formou o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em busca de reivindicações sociais.

Por último, a Argentina de Juan Domingo Perón e Eva Perón representou a tomada de medidas nacionalistas, a criação de obras assistenciais no país, e a expansão do acesso ao voto para as mulheres em 1952. Ainda, Perón se considerava “terceirista”, ou seja, nem capitalista nem socialista, para que assim pudesse combater o imperialismo e as oligarquias presentes no país. Entretanto, desde a morte de sua esposa, seu poder começou a mostrar sinais de fraqueza, o que terminou com sua renúncia e exílio após um conflito com a Igreja Católica. Apesar disso, o peronismo permanece forte até os dias atuais, mesmo após a morte de Perón, como um movimento político-ideológico.

No próximo capítulo, Prado e Pellegrino discutem sobre uma relevante figura da América Latina: Che Guevara. Nascido na Argentina em 1928, ele pertenceu a uma família de classe média e se formou em Medicina. Viajou por vários lugares ao longo de sua vida, onde conheceu populações de diferentes realidades. Mas foi no México onde conheceu Raúl e Fidel Castro, que exerceram grande influência em sua vida, levando-o a participar da luta revolucionária em Cuba. No mesmo capítulo, as autoras ainda tratam sobre outros movimentos revolucionários, como ocorreu no Chile de Salvador Allende e os sandinistas na Nicarágua.

Em seguida, elas focam nas ditaduras militares ocorridas na América Latina,

com destaque para o Peru, que almejava desenvolver o país e realizar reformas sociais, além de contar com um sistema de planificação estatal e valorização do passado indígena, e a Argentina, que desejava instaurar uma revolução. A Argentina havia permitido o retorno de Perón de seu exílio com o objetivo de que ele assumisse a presidência do país, contudo ele faleceu antes mesmo de tomar posse do cargo, deixando o governo nas mãos de sua vice, conhecida como Isabelita. Ela travou uma violenta luta contra os movimentos de esquerda, porém, em 1976, as Forças Armadas tomaram o poder por meio de um golpe de Estado, visando reprimir grupos guerrilheiros e superar a crise política do país.

No último capítulo, as autoras trazem uma visão contemporânea da cultura e política na América Latina. Nesse contexto, elas apresentam a transformação da “democracia representativa” em “democracia participativa”, isto é, a inclusão da população nas políticas governamentais em países como a Venezuela de Hugo Chávez. Além disso, elas abordam o movimento *Nueva Canción*, surgido na Argentina e no Uruguai, de grande importância cultural e política, por produzir obras que criticavam os problemas de seus países. No caso do Brasil, a MPB, durante a ditadura militar, representou um movimento semelhante ao criticar a realidade política e social do país. Nessa mesma década, há ainda uma grande produção literária latino-americana que foi muito aclamada, representada por nomes como Gabriel García Marquez. Outra geração de escritores foi o caso de Julio Cortázar, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato e Mario Vargas Llosa, que possuem também grande reconhecimento internacional.

De modo geral, a obra “História da América Latina” tem como objetivo apresentar os diferentes períodos históricos da América Latina, desde sua fase colonial até o momento contemporâneo, perpassando por aspectos como a política, sociedade, cultura e economia. As autoras souberam discorrer sobre o assunto de maneira fluida e contínua, com algumas ressalvas para caixas de informações complementares no meio da leitura, que, apesar de muito interessantes, poderiam ser incluídas ao final dos capítulos para evitar a discussão de muitos temas em conjunto. Ainda foram usados diversos recursos visuais, como fotos e mapas, que acrescentaram muito à leitura e contribuíram na assimilação das informações. Além disso, para quem deseja se aprofundar mais nos temas, o livro conta com algumas sugestões de leitura no final.

Desse modo, por meio de 12 capítulos centrais, as autoras conseguiram concentrar os principais fatos da História da América Latina de forma cronológica,

objetiva e clara. Sua importância surge do próprio reconhecimento de que boa parte dos brasileiros, mesmo pertencendo a essa região e possuindo a história de seu país atrelada à de outros países latino-americanos, têm um conhecimento muito raso sobre esse assunto. Além disso, trata-se de um tema atual por permitir ao leitor compreender melhor as questões presentes no Brasil e em seus vizinhos sem interpretações superficiais a respeito do contexto latino-americano. Assim, apesar de seu foco não estar apenas no Brasil, é possível refletir sobre sua história a partir de suas relações com os demais países da região. Por conseguinte, esse livro é uma excelente fonte de conhecimento tanto para um público mais leigo quanto para o mais acadêmico, sobretudo aos interessados nas áreas de História e Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2020.